



**ISCEE**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: AUDITORIA**

**O EFEITO DA CONCORRÊNCIA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES  
FISCAIS EM SEDE DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO**

**UMA ABORDAGEM NO MUNICÍPIO DA PRAIA NO PERÍODO 2008 A 2012**

**ADYSÂNGELA PEREIRA MONIZ**  
**NºAPR.2008.**

**Praia – Cabo Verde**  
**Outubro de 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAS**

**O EFEITO DA CONCORRÊNCIA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES  
FISCAIS EM SEDE DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO**

**UMA ABORDAGEM NO MUNICÍPIO DA PRAIA NO PERÍODO 2008 A 2012**

ADYSÂNGELA PEREIRA MONIZ  
NPR n°2008

ORIENTADOR: MESTRE OLIVIO RIBEIRO

Proposta de trabalho apresentado no  
Instituto Superior das Ciências  
Económicas e Empresariais (ISCEE)  
para conclusão da Licenciatura em  
Contabilidade e Administração – Ramo  
Auditoria.

Praia-Cabo Verde  
Outubro de 2014

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus por me ter dado forças, coragem, serenidade e saúde para que eu enfrentasse mais uma batalha na minha vida, chegando a mais uma conquista.

Aos meus pais Adriano Fernando Batalha Moniz e Ângela Pereira Monteiro Moniz, pelo apoio incondicional ao longo da minha caminhada pela vida.

Por eles, o meu amor e gratidão é muito grande.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, directa ou indirecta, contribuíram para a conclusão da minha licenciatura, em particular:

Primeiramente, a Deus, pois foi quem me fortaleceu e protegeu durante todos os momentos difíceis no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, e dos demais momentos da minha vida.

Ao meu orientador, mestre Olívio Ribeiro, pelo apoio incondicional na realização do presente trabalho, por ser sugestivo e, principalmente, por me ter disponibilizado o seu conhecimento.

Aos meus pais Adriano Moniz e Ângela Moniz, por acreditarem em mim estando sempre ao meu lado nos momentos felizes e tristes, pelos pais dedicados e amorosos e compreensíveis que sempre foram.

A todos os meus familiares que sempre acreditaram em mim, estando sempre do meu lado sem nunca me deixar desistir.

Um apreço muito grande, ao professor Albertino Fernandes e à funcionária da secretaria, Binta Cassamá, pelas suas prontidão em me ajudar sempre que precisei.

Aos meus amigos (as) que me apoiaram e me motivaram durante a realização deste trabalho, nomeadamente: ao pessoal do Clube Bushido Judo em especial Djamila correia e Silva e Ariana Sanches e a Minis Moniz.

Por último, mas não menos importante, um especial obrigado a todos os professores que ministraram o curso de Contabilidade e Administração e a todos os meus colegas que me ajudaram nesta caminhada.

Nosso grande medo  
Não é o de que sejamos incapazes.  
Nosso maior medo é que  
sejamos  
Poderosos além da medida.  
É a nossa luz, não nossa escuridão,  
Que mais nos amedronta.  
**(Nelson Mandela 1994)**

## RESUMO

A lei que regula o Imposto sobre o valor Acrescentado, estipula que os contribuintes tributados em IVA pelo regime simplificado, pagarão trimestralmente um imposto correspondente a 5% do volume de vendas efetuados durante esse período.

Por outro lado, assiste-se reclamações dos contribuintes enquadrados nesse regime a reclamarem que caso pagassem o imposto estabelecido na Lei, este seria suportado sobre o seu rendimento, está obrigado a suportar o imposto na aquisição dos bens e serviços, e proibido de liquidar os mesmos aos seus clientes e deduzir, por forma a haver neutralidade a semelhança do contribuinte enquadrado no regime normal.

Frente a essa situação despertou-nos o interesse em elaborar o presente estudo, como forma de analisar a real razão das reclamações, que se consubstancia na análise da situação em que os dois contribuinte operam, acabando por ficar demonstrado que no que tange a taxa do IVA determinada pela Lei, num cenário da venda de um mesmo produto, se for vendido pelo contribuinte do regime normal o estado recebe os 15% fixados na Lei, enquanto caso for vendido pelo contribuinte do regime simplificado, o estado recebe equivalente a 20% do imposto.

Também quanto aos produtos isentos, enquanto o contribuinte do regime normal não suporta nas aquisições dos bens e serviço e não liquida nas vendas ficando neutro, já no contribuinte do regime simplificado, para além de adquirir o produto nas mesmas condições que o contribuinte do regime normal, terá que pagar ao Estado em termos de imposto 5% do valor da venda, recaindo assim sobre as suas margens de lucro.

**Palavra-chave:** Imposto sobre o Valor Acrescentado, regime de tributação, concorrência, cumprimento de obrigações.

## **ABSTRACT**

The law governing the value added tax, stipulates that taxpayers taxed under the simplified tax regime, will pay a quarterly basis equal to 5% of sales made during that tax period.

On the other hand, there has been complaints from taxpayers that framed the regime claim that if they paid the tax for the Law, this would be supported on your income, this forced to bear the tax on the acquisition of goods and services, and forbidden to settle the same to their customers and deduct so there neutrality similarity taxpayer framed in the regime normal.

Faced with this situation concerned to prepare this study as a way to bring out the truth of the claimed facts, which consists in the analysis of the situation in which both contributors operate and eventually get on that concern demonstrated that the rate of VAT determined by law, in a scenario of selling the same product, if sold by the taxpayer of the normal regime the state receives 15% established by law while the case is sold by the taxpayer of the simplified scheme, the state receives the equivalent of 20% the tax.

Also regarding exempt products, while the taxpayer's normal system does not support the procurement of goods and services net sales and not being neutral, the taxpayer has the simplified scheme, in addition to purchasing the product in the same condition that the taxpayer scheme usual, will have to pay the state in terms of tax 5% of the sale value, so falling on their profit margins.

**Keywords:** Value Added Tax, tax regime, competition, compliance with obligations

## Índice

Dedicatória.....	III
Agradecimentos .....	IV
Resumo .....	VI
Abstract.....	VII
Lista de abreviaturas .....	11
Lista de figuras.....	12
Lista de tabelas.....	13
Lista de gráficos.....	14
1-Introdução.....	15
1.1 Justificação do tema.....	16
1.2- Pergunta de partida .....	16
1.3- Hipótese .....	16
1.4- Objetivos.....	17
1.4.1 -Objetivo geral .....	17
1.4.2 -Objetivo específico.....	17
1.5- Metodologia.....	18
1.6- Estrutura do trabalho .....	18
CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO – CONCEPTUAL.....	19
1-As reformas fiscais em cabo verde .....	19
2- Estudo do Sistema fiscal Cabo-Verdiano .....	21
2.1- A reforma dos impostos directos .....	23
2.1.1 – Imposto único sobre os rendimentos .....	23
2.1.2-Categorias de rendimentos e métodos de tributação .....	24



2.2- As reformas do imposto indireto .....	27
2.2.1- Imposto consumo especiais .....	29
2.2.2- Imposto do selo.....	29
2.2.3- Despesas aduaneiras.....	30
2.3 -Imposto Municipais .....	31
2.3.1- Imposto único sobre o património .....	31
2.4- Imposto parafiscais.....	32
2.5- Imposto sobre o valor acrescentado .....	32
2.5.1- Surgimento .....	32
2.5.2- Características.....	33
2.5.3- As Isenções .....	33
2.5.4- Apuramento .....	34
2.5.5- Vantagens: .....	35
2.5.6- Desvantagens.....	36
2.6- Introdução do IVA em Cabo-Verde .....	36
2.6.1- A sua reforma e implementação no sistema fiscal Cabo-Verdiano.....	36
2.6.2- Operações sujeita ao IVA .....	37
2.7- Os regimes de tributação .....	37
2.7.1- Regime de Tributação Normal .....	38
2.7.2- Regime de Isenção.....	38
2.7.3- Regime de Tributação Simplificado .....	38
CAPITULO II- CASO PRÁTICO .....	40
1- Conflitos de interesse entre o regime de tributação normal e simplificado.....	40
2- Análise evolução dos contribuintes do regime simplificado durante o período em estudo. .....	41

3-Analise do cumprimento das obrigações declarativas dos contribuintes do regime simplificado durante o periodo em estudo. ....	42
4-Analise do efeito da concorrencia na imposição dos presços .....	44
4.1- A tributação dos produtos isentos nos regime simplificado .....	46
5-As regras de concorrencia entre o regime normal e simplificado .....	48
CAPITULO III-CONCLUSÃO E REFERENCIA BIBLIOGRAFICAS.....	51
3.1-conclusão .....	51
4-recomendações .....	52
Bibliografia .....	53
Anexo.....	A
Modelo 107 do Regime Simplificado .....	A
Modelo 106 do Regime Normal .....	B

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CGI-** Código Geral Tributário

**CPT-** Código do Processo Tributário

**CIF -** Cost, Insurance and Freight“ (Custo, Seguro e Frete) ”

**DA-** Despesas Aduaneiras

**DCI-** Direção de Contribuição dos Impostos

**DPTI-** Departamento de unidade de tecnologia de Informação

**GP010-**Guia de Pagamento

**ICE-** Imposto sobre os consumos Especiais

**IUP-** Imposto Único sobre o Património

**IUR-** Imposto Único sobre o Rendimento

**RIUR-** Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento

**INPS-** Instituto de Previdência Social

**IS-** Imposto Selo

**IVA-** Imposto sobre o Valor Acrescentado

**MOD 1A-** Declaração das actividades exercidas no ano anterior

**MOD 1B-** Apuramento da Matéria Colectável

**MOD 107-** Declaração Periódica do Regime Simplificado

**MOD 106-** Declaração Periódica do Regime Normal

**MOD 111-** Declaração de Rendimento entregue pelo patronato

**MOD 112-** Declaração de Rendimento do Contribuinte

**MOD 113-** Declaração de Justificativo de Despesas dos Funcionários

**TVA-** Taxe sur le valeur ajoutée (IVA)

**TCA-** «Taxe sur de chiffre d'affaires» (receitas fiscais)

## **Lista de Figuras**

Figura 1: Sistema Fiscal Cabo-Verdiano .....	22
Figura 2: Esquema de Apuramento do IVA .....	35
Figura 3: Regime de tributação do IVA.....	37

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Categoria de incidência e mínimo de existência.....	25
Tabela 2: Divergência que Congrega entre os dois Regimes .....	40
Tabela 3: Evolução Numérica e Percentual dos Contribuinte no período de 2008 a 2012 no Município da Praia.....	41
Tabela 4: Evolução dos cumprimentos das obrigações dos contribuintes no período de 2008 a 2012 no Município da praia .....	43
Tabela 5: Efeito da Concorrência na Imposição dos Preços do Regime Normal .....	45
Tabela 6: Efeito da Concorrência na Imposição dos Preços do Regime Simplificado.....	46
Tabela 7: A Tributação dos Produtos Isentos nos Regime Normal .....	46
Tabela 8- A Tributação dos Produtos Isentos nos Regime Simplificado .....	47

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Evolução numérica de contribuintes inscritos e o cumprimento das obrigações. .....	43
--	----

## 1-INTRODUÇÃO

Desde sempre, a questão do cumprimento das obrigações fiscais, por parte de determinada classe de contribuinte, tem sido rodeada de algum conflito, no que tange as exigências legais, a distribuição da carga fiscal e consequentemente o montante do imposto a entregar nos cofres públicos.

Alguns autores como é o caso de TAVARES (1982), justificam que esse conflito, em certa medida nasce de uma tendência natural dos contribuintes tentarem fugir ao pagamento dos impostos e quando não o conseguem, tem a preocupação de dissimularem o seu rendimento aos olhos do fisco por forma a pagarem o mínimo possível.

No caso do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), determina 3 classes de contribuintes, com tratamentos diferenciados, para cada classe, como no caso dos contribuintes enquadrados no regime normal usufruindo de neutralidade fiscal, ou seja suportado nas aquisições de bens e serviços e liquida ao consumidor final e com direito a dedução e obrigação de entregar ao Estado o remanescente, já que o imposto é cobrado em cascata, ou seja 15% sobre o ultimo preço praticado e, os do regime simplificado, que a semelhança do contribuinte do regime normal, tem a obrigação de suportar nas aquisições de bens e serviços, mas tem o direito a liquidar aos seus clientes, não podendo assim deduzir o imposto suportado a montante, tendo ainda como obrigação de pagar ao Estado um montante equivalente a 5% do volume de vendas, situação que reputa alguma desigualdade.

Por outro lado, os 5% em que esta obrigado a pagar, inclui os produtos isentos do IVA, fazendo com que o produto seja isento se for comercializado pelo contribuinte do regime normal e, tributado caso for comercializado pelo contribuinte do regime simplificado.

Essa situação coloca as duas classes de contribuintes em conflito, fazendo com que o contribuinte enquadrado no regime normal esteja legalmente na posição dominante, sobre o seu concorrente de regime simplificado, determinando os preços e as regras do jogo comercial.

Assim, o contribuinte do regime simplificado, cumprindo com as suas obrigações fiscais nos termos da lei, a sua sobrevivência estaria comprometido, visto que o imposto é suportado sobre a sua margem de lucro, e não do consumidor final.

## **1.1 -Justificação do Tema**

Constantemente assiste-se reclamações dos agentes económicos enquadrados no regime simplificado de tributação em sede do IVA, manifestando o seu desagrado pelo regime da qual esta enquadrado, argumentando que para cumprir as obrigações fiscais, terão de pagar parte dos seus rendimentos, o que faz com que o Estado receba para além dos 15% estipulados pela Lei.

Outro ponto de discórdia, é que o mesmo está sujeito a concorrer com os agentes económicos enquadrados no regime normal de tributação, que por sua vez deduz o Imposto suportado na aquisição de bens e serviços, não interferindo na sua estrutura de custos, fazendo com que se vá ao reboque dos preços praticados por estes.

Frente a essa situação surge a necessidade de estudar esse fenómeno no que tange ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em especial o conflito de interesse entre os dois regimes de tributação, ou seja regime normal e o regime simplificado.

Para além do acima citado, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para o conhecimento do sistema fiscal Cabo-Verdiano, bem como uma mais-valia para a bibliografia no domínio fiscal, e para a comunidade académica.

## **1.2- Pergunta de partida**

1-Até que ponto a concorrência determina a dependência dos agentes económicos enquadrados no regime simplificado de tributação em sede do IVA em relação aos contribuintes enquadrados no regime normal?

## **1.3- Hipótese**

1-Se os dois agentes enquadrados em regimes de tributação diferentes em sede do IVA, disputando da mesma clientela, na mesma área comercial (bairro), caso o contribuinte do regime normal tenha poderes na determinação do margem de lucro, via dedução de imposto suportado na aquisição dos bens e serviços e, consequentemente a determinação do preço de venda, significa que o contribuinte do regime simplificado em igualdade de circunstância na aquisição dos produtos, ficará na total dependência, do seu concorrente de regime normal, na questão do preço e da margem de lucro?

2- Caso um agente enquadrado no regime simplificado, na transacção de um produto em igualdade de circunstância com o agente enquadrado no regime normal ter de pagar um



montante superior ao do regime simplificado, significa que o Estado recebe deste contribuinte imposto para além dos 15% estipulados na lei?

3- Caso o agente enquadrado no regime simplificado, tiver que pagar 5% do preço de venda de um produto isento, não podendo repercutir o imposto ao consumidor final devido a dependência imposta pela concorrência com o contribuinte de regime normal, paga parte do seu rendimento bruto, diminuindo a sua margem de lucro?

4- Caso o contribuinte enquadrado no regime simplificado, ter que pagar 5% das vendas dos produtos isentos, o produto perde a isenção concedida na lei, colocando o mesmo em desvantagem em relação ao contribuinte do regime normal?

## **1.4- Objetivos**

### **1.4.1- Objetivo Geral**

O presente trabalho, visa compreender através de estudos e análises aprofundadas, as consequências provocadas pelo efeito da concorrência no cumprimento das obrigações fiscais nos contribuintes do regime simplificado em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e o conflito trazido pela concorrência com os contribuintes do regime normal.

### **1.4.2 -Objetivo Especifico**

Expostas as ideias gerais e, para desenvolver o nosso objetivo específico, torna-se necessário, estudar o sistema fiscal Cabo-verdiano de forma a conhecer o enquadramento jurídico do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o que permitirá redesenhar o seu mecanismo de funcionamento nas relações fisco contribuinte.

-Analisar as normas reguladoras das relações entre a Administração Fiscal e os contribuintes enquadrados no regime simplificado, bem como os contribuintes de regime normal, através da recolha bibliográfica e análise da legislação vigente.

-Examinar a evolução temporal dos contribuintes enquadrados no regime simplificado, no período em estudo ou seja de 2008 á 2012.

-Observar o progresso do cumprimento das obrigações fiscais do regime simplificado, no que tange as obrigações declarativas durante o período em estudo.

-Constatar até que ponto os mecanismos de concorrência dos contribuintes do regime normal afetam os contribuintes do regime simplificado.

-Em que medida o cumprimento das obrigações declarativas, dos contribuintes do regime simplificado, refletem no seu capital, associado às concorrências dos contribuintes do regime normal.

## **1.5- Metodologia**

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho de forma a atingir os objetivos proposto através de uma revisão teórica que apoiaram na estruturação e aperfeiçoamento do tema em análise sustentado através das seguintes metodologias:

- Recolha e apreciação bibliográfica relacionada com a tributação do IVA;
- Consulta de documentações, oficiais sobre o tema em questão.
- Coleta de informação através da DPTI-DCI para análise evolutiva dos contribuintes do regime simplificado, em termos do cumprimento das obrigações fiscais declarativa.
- Estudo de um caso elucidativo dos conflitos de interesses em que os dois contribuintes atuando na mesma área estando em quadrado em regimes deferentes de tributação em sede do IVA, terão de enfrentar para a sua sobrevivência.

## **1.6- Estrutura do Trabalho**

O presente trabalho encontra-se subdividido em duas partes. Na primeira parte contém introdução, justificação do tema, pergunta de partida, hipótese, objetivo geral e específico, metodologia e por último estrutura do trabalho.

Na segunda parte temos o desenvolvimento que se encontra dividido em três capítulos nomeadamente;

No capítulo I, encontra-se o enquadramento teórico- conceptual, conceitos e associados, onde se descreve de uma forma geral os impostos Estaduais, Municipais e Parafiscais do sistema fiscal Cabo-Verdiano.

Capítulo II, caso prático sobre a concorrência através da imposição dos preços entre o Regime Normal e Regime Simplificado, análise das informações disponibilizada pela DPTI-DCI e o subcapítulo sobre a concorrência.

Capítulo III, as apreciações finais sobre o trabalho desenvolvido e os desfechos obtidos na realização do caso prático do trabalho.

## **CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO – CONCEPTUAL**

### **1- As reformas fiscais em Cabo-Verde**

Desde sempre, a partir do momento em que o homem começou a viver em sociedade, surgiu a necessidade de criar mecanismos que permitissem arrecadar fundos para o financiamento de serviços colectivos. Esse mecanismo resumia contribuição que cada cidadão estaria jeito a pagar o que veio a ser designado de imposto.

Essa forma de financiamento foi evoluindo ao longo dos tempos até que hoje é denominado pelos Estados modernos de “Sistema Fiscal” que no dizer de FRANCO (1995) trata-se apenas “ de um conjunto de impostos e a forma como entre si eles se relacionam globalmente, na sua articulação lógica e na coerência social”

Para TAVARES (1982) “ Poderá entender-se genericamente por sistema fiscal, o conjunto de normas legais e regras que disciplinam o estabelecimento e a cobrança dos impostos em determinado país”: O mesmo, de uma forma mais aprofundada define o sistema fiscal como sendo “ Um conjunto, mais ou menos coerente, de instituições, regras e práticas fiscais que fazem parte do universo social, económico e até psicológico em que nos encontramos inseridos” da qual Cabo Verde não pode fugir a regra.

Cabo Verde, um Estado Jovem, que ascendeu a sua independência em 1975, herdou da antiga colónia portuguesa um sistema fiscal, que vigorou até 1992. Com a abertura política, e a mudança do país de um sistema monopartidário para um sistema político de pluripartidarismo, a necessidade de ajustar o antigo sistema fiscal a nova realidade socioeconómica se impunha.

Para tal deu-se iniciou a reformas profundas e estruturantes, rompendo com a estrutura até aí reinante, dotando o país de um novo sistema tributário, moderno, ajustado a nova situação socioeconómica capaz de dar respostas aos novos desafios e, criando assim as bases para a inserção do país num mundo cada vez mais globalizado.

De acordo com LAGEMANN (2003) a concepção de um novo sistema tributário, num processo de reforma, é influenciada por diversos factores. Um deles é o sistema tributário existente, que carrega a experiência do passado e que tende, pela inércia, a determinar o futuro. O outro é o efeito demonstração, ou seja a cópia da experiência de outros países, com preferência aos economicamente desenvolvidos. O terceiro são os sistemas tributários

racionais, construções teóricas caracterizadas pela lógica de suas propostas. O quarto factor, e que condiciona os três primeiros, a realidade política, económica e social.

Nesta linha, a reforma fiscal iniciado em 1992, tinha como uma das funções a aproximação do sistema fiscal reinante até então, ao dos países considerados parceiros estratégicos de Cabo-Verde, como forma de garantir a sua inclusão no mundo cada vez mais globalizado, criando as condições necessárias a atração dos investimentos externos.

Nesta linha, com a publicação do Código Geral Tributário e Código do Processo Tributário, definiu-se as linhas orientadoras sobre as quais a transição dos modelos até aí reinantes caracterizadas pela existência de vários impostos, para um modelo de tributação única, introduzindo gradualmente modificações na base de incidência e nas regras de determinação da matéria colectável dos impostos parcelares, e a nível dos rendimentos, de forma a exprimir uma nova relação fisco-contribuinte, baseada numa maior transparência e simplificação dos procedimentos por parte da Administração Fiscal, mas também numa maior responsabilização dos contribuintes nos cumprimentos das suas obrigações fiscais.

Essa reforma tinha ainda como outro objectivo, eliminar o peso burocrático que sentia no processo da liquidação e cobrança desses impostos reduzindo assim a sua vulnerabilidade no que tange a evasão fiscal, desenvolvendo mecanismos motivadores do cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte do contribuinte.

Por outro lado a simplificação estende-se aos próprios regulamentos tributários por tanto todas as normas de penalidades, recursos e reclamações deixarão de neles estarem evidenciadas para unicamente constarem do código de processo tributário, bem como a unificação das legislações dispersas num único diploma, como forma de facilitar o conhecimento dos mesmos pelos diversos actores que interagem com a Administração Fiscal.

Acresce ainda que, conjuntamente com estas alterações legislativas, o aparelho burocrático da administração tributaria vai sofrer um processo de modernização nos procedimentos, em especial a introdução da informática, permitindo uma tramitação mais rápida, transparente e menos complexa, garantindo ao contribuinte todos os mecanismos para que o mesmo tenha a percepção que na administração fiscal, para além das funções de liquidação e cobrança dos impostos, também existe a preocupação da aplicação da justiça tributaria,

fazendo com que a Administração tenha um dupla função em simultâneo, salvaguarda dos direitos do Estado e assegurar as garantias dos contribuintes.

## **2- Estudo do sistema fiscal Cabo-Verdiano**

As bases pelo qual se assenta o sistema fiscal Cabo Verdiano estão traçados no artigo 93º da Constituição da Republica de Cabo Verde, no qual prescreve no seu ponto 1 que “O sistema fiscal é estruturado com vista as necessidades financeiras do Estado e demais entidades Públicas, realizar os objectivos da política económica e social do Estado e garantir uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza.”

Reza ainda no seu ponto 2 que “Os impostos são criados por lei, que determinará a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes.”

No ponto 3, garante que “Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição ou cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos da lei.”<sup>1</sup>

Nessa mesma linha o CGT, retoma os princípios emanados pela Lei Constitucional e, define que “O sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza” e, que, todos” os cidadãos, bem como as pessoas colectivas ou fiscalmente equiparadas, nacionais ou estrangeiras, com residência ou sede no país, devem contribuir segundo as suas capacidades e os princípios da igualdade e justiça tributária para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.”

Assegura também que “ Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição e cuja liquidação e cobrança se não façam nas formas previstas na lei.”

Segundo MONIZ (2011), actualmente o sistema fiscal Cabo Verdiano é composto por três classes de impostos:

- Imposto Estaduais;
- Impostos Municipais;
- Impostos Parafiscais;

---

<sup>1</sup> Lei Constitucional

Essas 3 classes de impostos encontram-se divididas em dois grandes grupos de impostos a saber:

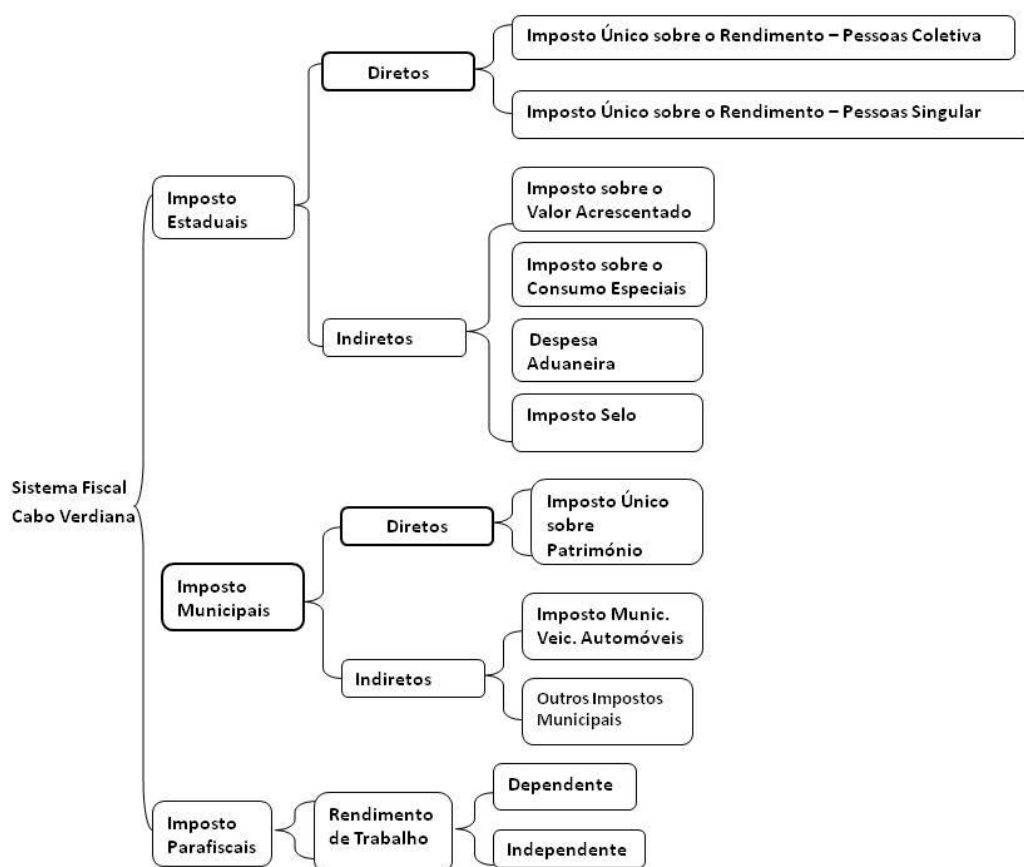
-Impostos Directos

-Impostos Indirectos

No grupo dos Impostos Directos Estaduais temos (IUR) Imposto Único Sobre os Rendimentos e nos Impostos Municipais temos o (IUP) Imposto único Sobre o Património

No grupo dos Impostos Indirectos Estaduais temos (IVA), Imposto Sobre o Valor Acrescentado, o (ICE), (Imposto Sobre os Consumos Especiais), as (DA) Despesas Aduaneiras, o (IS) Imposto do Selo e os (IPF) Impostos parafiscais. Relativamente aos impostos indirectos municipais temos, Imposto Municipal Veículos Automóveis e outros Impostos Municipais.

**Figura 1: Sistema Fiscal Cabo-Verdiano**



**Fonte: Elaborado pela Autora**

## **2.1-A reforma dos impostos directos**

Segundo SILVA & MATOS (1989) os impostos directos são aqueles que tem por base uma manifestação imediata na capacidade contributiva do contribuinte recaindo sobre o seu rendimento ou o seu património.<sup>2</sup>

Ela consubstancia na reunião dos vários impostos existentes num único imposto, permitindo assim a tributação por uma taxa única incidindo sobre a matéria colectável, base sobre a qual se determina o montante líquido do tributo de cada contribuinte, como se desenvolve nos pontos a seguir.

### **2.1.1- Imposto único sobre os rendimentos (IUR)**

O IUR criado pela Lei nº127/IV/95, de 26 de Julho, publicado na 1ª Série do BO nº 20, regulamentado pelo Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, publicado no BO nº I da I série, tem como objetivo descrever as bases gerais sobre as quais assentam a tributação sobre os rendimentos. Define as normas de tributação dos rendimentos pessoais e da tributação dos rendimentos das empresas e, as actividades bem como as entidades isentas. Regulamenta também os donativos bem como os períodos de cobranças e pagamentos.

A sua tributação obedece aos princípios da equidade, eficiência e simplicidade, emanados do CGT e do CPT, devendo facilitar o cumprimento das obrigações fiscais, atendendo à comodidade dos contribuintes, reduzindo ao mínimo os deveres acessórios destes, simplificando as declarações e permitindo o cumprimento das obrigações fiscais através das tesourarias de finanças e do sistema bancário.

Ela resulta da convergência dos vários impostos até aí reinantes num só imposto, permitindo a sua tributação através de uma taxa única emanada anualmente pela Lei do Orçamento do Estado, tendo como efeito principal a eliminação do peso burocrático, o que vai garantir uma maior comodidade, tanto aos agentes da Administração Fiscal bem como aos contribuintes.

Assim, essa reforma acabou por convergir no seu seio o imposto profissional, o imposto industrial e o imposto complementar, aprovados respectivamente pelos Diploma-Legislativos nº 1543 de 12 de Abril de 1963, Decreto-Lei nº 147/92 de 30 de Dezembro e

---

<sup>2</sup> - Hélder veiga da silva & maria Adelaide matos- Contabilidade & Gestão-Texto Editora-1989-pag-133

Diploma Legislativo nº1545 de 12 de Junho de 1963<sup>3</sup>, que ficaram revogados com a entrada em vigor da Lei do RIUR.

### **2.1.2-Categorias de rendimentos e métodos de tributação**

Para efeitos de determinação da matéria colectável o IUR adotou como métodos de tributação, <sup>4</sup> o Método Declarativo, o Método da Estimativa e, o Método de Verificação. O Método Declarativo e o Método da Estimativa são aplicáveis à tributação pessoal, e o Método da Verificação é exclusivo da tributação das empresas.

Define as categorias de rendimento que estão sujeitos ao impostos e classifica-os em:

- Categoria A- rendimentos prediais;
- Categoria B- rendimentos comerciais, industriais, incluindo as mais-valias, as prestações de serviços, e os rendimentos agrícolas e piscatórias;
- Categoria C – rendimentos de capitais e outros rendimentos tais como os provenientes de jogos, loteria e apostas mútuas;
- Categoria D- rendimentos do trabalho dependente e independente, incluindo as pensões relativas á situação de reserva, aposentação ou reforma, de alimentos, rendas temporárias ou vitalícias ou de qualquer outro tipo;

### **2.1.3-Método Declarativo**

No Método Declarativo são tributados os rendimentos dos agregados familiares levando sempre em conta as suas necessidades e, tem como filosofia central a diminuição das desigualdades sociais, atendendo que as suas taxas são taxas progressivas emanadas anualmente no Orçamento do Estado, estando extensa a tributação pessoal.

Esse princípio veio já traçada nas diretrizes do CGT, quando prescreve que “ O imposto sobre o rendimento pessoal visará a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.”<sup>5</sup>

Assim quanto maior for o rendimento das famílias, maior será a taxa aplicar e consequentemente maior será a colecta a entregar nos cofres do Estado.

---

<sup>3</sup> Art.º 3º da Lei nº1/96 de 15 de Janeiro

<sup>4</sup> Art.º 13º da Lei nº1/96 de 15 de Janeiro

<sup>5</sup> Código Geral Tributário



A determinação da matéria colectável efectua-se pela declaração do contribuinte através do MOD 112 entregue na Repartição de Finanças do seu domicílio, de Janeiro a Março de cada ano, acompanhado dos documentos comprovativos das importâncias pagas ou devidas no ano anterior, do imposto retido na fonte e das deduções, a que eventualmente haja lugar. A mesma resulta do englobamento do rendimento das várias categorias, ainda que deles isentos, auferidos em cada ano, depois de feitas as deduções e os abatimentos previstos na lei.

Neste método de tributação, os contribuintes são agrupados em 3 categorias mediante a sua situação familiar, determinando um mínimo de existência para cada situação isentando de tributação os rendimentos de trabalho independente no valor anual igual ou inferior a 200.000\$00, como nos demonstra o quadro seguinte<sup>6</sup>:

**Tabela 1: Categoria de incidência e mínimo de existência**

Categoria de Incidência	Mínimo de Existência
Casado, Dois ou mais Titulares	400.00\$00
Casado, Único Titular	250.000\$00
Solteiros, Viúvos e Divorciados	200.000\$00

**Fonte: Elaborado pela Autora**

Para que haja cruzamento de informações a entidade patronal esta obrigado possuir registos actualizados das pessoas credoras dos rendimentos, ainda que não tenha havido lugar à retenção do imposto, remetendo uma cópia à Repartição de Finanças competente MOD 111.

Entregar aos contribuintes, até ao fim de Fevereiro de cada ano, documento comprovativo das importâncias pagas ou devidas no ano anterior, do imposto retido na fonte e das deduções, a que eventualmente haja lugar MOD112;

Entregar nas repartições de finanças competentes, extracto do registo que deram lugar ao preenchimento do MOD 111, MOD 113.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Nova redacção dada pela Lei n.º 20/VII/2007, de 28 de Dezembro.

<sup>6</sup> Art.º 56º Obrigações acessórias das entidades que efectuam retenções na fonte

<sup>7</sup> Art.º 54º- Dos Métodos Declarativo e de Estimativa

#### **2.1.4-Método da Estimativa**

O método da estimativa aplica-se a todas as pessoas singulares não enquadradas no conceito fiscal de empresas, ou seja, cuja volume de negócio seja inferior a 5000 contos, e a sua matéria colectável determinado por presunção tendo em conta o volume de negócios declarado pelo contribuinte e a actividades exercida, podendo ser aplicável aos rendimentos do trabalho independente, sujeitos a regra de tributação.

Os contribuintes do método da estimativa apresentarão, anualmente, em relação ao conjunto das actividades exercidas no ano anterior a declaração MOD 1 A, até 31 de Março.

A declaração MOD 1A será apresentada, em triplicado, na Repartição de Finanças onde o contribuinte tiver o estabelecimento principal englobando nessa declaração os volumes de negócios de todos os estabelecimentos que tiver nessa área fiscal<sup>8</sup>.

O método da estimativa é também aplicável aos rendimentos do trabalho independente.

Em face das declarações dos contribuintes, da informação devidamente fundamentada da fiscalização tributária, quando for caso disso, e de quaisquer outros elementos de que disponha, nomeadamente os valores mínimos por actividade económica ou sector de actividade, competirá ao chefe da repartição de finanças, onde deva ser apresentada aquela declaração, calcular o volume de negócios, o total dos proveitos e o total de custos do ano anterior, de cada um dos contribuintes, fixando o montante dos lucros tributáveis, nomeadamente através da aplicação da tabela dos mínimos, publicados anualmente na Lei do Orçamento do Estado.

#### **2.1.5-Método de Verificação**

O método da verificação aplica-se a todas as pessoas colectivas e às pessoas singulares definidas fiscalmente como empresas, sendo a matéria colectável, em regra, determinada pela declaração dos contribuintes, tendo por base os elementos contabilísticos, segundo o Sistema de Normalização Contabilística obtida pela dedução ao lucro tributável dos montantes correspondentes a prejuízos fiscais, corrigida segundo as normas previstas no RIUR, sem prejuízo do seu controlo pela administração fiscal existentes.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Art.º 24 do IUR

O método da verificação é exclusivo da tributação das empresas, e incidirá fundamentalmente sobre o rendimento real. Esse princípio veio já traçado nas directrizes do CGT, quando prescreve que “A tributação das empresas incidirá fundamentalmente sobre o rendimento real.”

Como meio para atingir o rendimento real, os contribuintes enquadrados neste regime de tributação estão obrigados a apresentar anualmente nos meses de Março a Maio, na repartição de finanças onde tiverem a sua sede ou domicílio fiscal, uma declaração modelo IB, em triplicado, assinada pelo contribuinte ou seu representante e pelo técnico de contas respectivo e acompanhada da guia GPO1O, do pagamento de 50% da colecta declarada no MOD 1B.

A declaração MOD 1B deverá ser acompanhada de alguns documentos, nomeadamente cópia da acta da reunião ou assembleia de aprovação de contas, balancetes de verificação do razão geral, antes e depois dos lançamentos de rectificação ou regularização e de apuramento dos resultados do exercício, balanço analítico final do exercício, mapa de demonstração dos resultados líquidos e, relatório técnico onde, com base em mapas discriminativos, serão relatadas de forma detalhadas todos os factos relevantes deram lugar a elaboração do processo de contas.

A determinação do lucro tributável far-se-á de acordo com o princípio da especialização do exercício e, reportar-se-á ao saldo revelado pela conta de resultados líquidos, elaborada em obediência aos princípios da contabilidade, e consistirá na diferença entre todos os proveitos e ganhos realizados no exercício anterior àquele a que o ano fiscal respeita e os custos ou perdas imputáveis ao mesmo exercício.<sup>10</sup>

## **2.2- As reformas do imposto indirecto**

Segundo SILVA & MATOS (1989) os impostos indirectos são aqueles que atingem a riqueza nas suas manifestações mediatas, normalmente através da via de consumo<sup>11</sup>.

A sua reforma iniciou com a publicação da Lei nº 147/VI/2002 de 19 de Setembro que definiu o sistema de tributação sobre as despesas, elegendo como parâmetro estruturantes

---

<sup>10</sup> Art.º 26º Determinação da matéria colectável do método da verificação

<sup>11</sup> Hélder veiga da silva & maria Adelaide matos- Contabilidade & Gestão-Texto Editora-1989-pag-133

<sup>11</sup> Lei nº14/VI/2002de 19 de Setembro

os princípios de equidade, eficiência e simplicidade, como forma de incentivar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais e realização da justiça social.<sup>12</sup>

Por outro lado, alarga a sua base de incidência tributando as prestações de serviços, que anteriormente ficavam de fora, e que acabava por constituir um profundo atropelo à equidade fiscal, já que não existe nenhuma motivação para tributar o consumo de bens e não o fazer relativamente às prestações de serviços.

Esta reforma segue a linha orientadora emanada da filosofia de tributação através da taxa única, na convergência dos vários impostos anteriormente existentes num só imposto, bem como a unificação das várias taxas o que determinou a convergência dos seguintes impostos:

- O Imposto de Consumo, regulamentado pelo Diploma - Legislativo nº 1632, de 7 de Dezembro de 1966.
- O Imposto sobre Produtos Petrolíferos regulamentados pela Lei nº 61/IV/92, de 30 de Dezembro;
- O Imposto sobre a Tonelagem, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 117/92 de 28 de Setembro;
- O Imposto Especial sobre consumo de bebidas alcoólicas e tabacos, regulamentado pela Lei nº 95/93, de 31 de Dezembro;
- A taxa especial de armazenagem de combustíveis, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 343081, de 19 de Julho de 1960;
- A taxa ecológica, regulamentada pela Lei 128/IV/95, de 27 de Junho;
- O Imposto de Turismo, regulamentado pela Lei nº 40/IV/92, de 6 de Abril;
- As taxas de exploração das lojas francas regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 423/70, de 4 de Setembro;
- Os Emolumentos Gerais Aduaneiros e o Imposto de Selo das Alfândegas, regulamentados pelo Decreto-Lei nº 117/91, de 29 de Setembro.

Assim, a reforma de tributação sobre as despesas, em substituição dos anteriores impostos e taxas definiu criou 3 novos impostos:

-Imposto sobre o valor acrescentado

---

-Imposto sobre os consumos especiais;

-Direitos de Importação;

### **2.2.1-Imposto consumo especiais**

Segundo BASTOS (1991) os impostos consumos são aqueles que se pagam no contexto da utilização de bens e serviços finais no país onde são consumidas, a sua tributação encontra-se enquadrada nos impostos indiretos.

Assim, o ICE traduz-se num imposto do tipo monofásico que incide sobre um certo número de bens supérfluos como produtos de luxo e nocivo a saúde como e produtos ecologicamente prejudiciais, atribuindo-lhe assim características de tributação não apenas fiscal mais de tributação extra- fiscal tendendo a objetivos mais ampliados de política económica como o de aumentar as receitas fiscais através da oneração de consumos supérfluos, indesejáveis ou mesmo prejudiciais á saúde ou ao meio ambiente.

Esse princípio veio já traçada nas diretrizes do CGT, quando prescreve que “A tributação do consumo visa adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social, devendo onerar os consumos de luxo”.<sup>13</sup>

Para tal, foi alargado a sua base de incidência que anteriormente recaia apenas sobre as bebidas alcoólicas e tabacos, para outros considerados menos essenciais ou supérfluos, de luxo, ou indesejáveis por razões várias de política interna, como será o caso de produtos de beleza, peles de animais, joias, pérolas, pedras e metais preciosos ou semipreciosos, veículos automóveis e motociclos, aviões de recreio, iates e barcos de recreio, armas de fogo, máquinas de jogo, e comércio de objetos de arte e similares, o que permitirá desincentivar consumos prejudiciais e simultaneamente obter apreciáveis níveis de receita.

### **2.2.2- Imposto do selo**

O imposto do selo criado pelo Diploma - Legislativo nº 1193, de 29 de Outubro de 1954, é um imposto sem características precisas, ou seja, o legislador não definiu nenhuma norma geral reguladora da incidência, remetendo para a tabela geral do Imposto do Selo.

Visa tributar a circulação de riquezas, bens e valores, sobretudo quando tais valores ou bens não tenham podido ser tributados por outras vias.

---

<sup>13</sup> CGT- Artigo 4º da Lei nº 37/IV/92 de 28 de Janeiro

Tem sofrido algumas alterações, nomeadamente as feitas pelo “Despacho do Ministro das Finanças, de 20 Dezembro 1993 - BO n.º 40 – Suplemento” bem como pela Lei n.º 61/IV/92, de 30 Dezembro e incide sobre os documentos, actos, livros, papéis e produtos constantes da Tabela Geral do Imposto do Selo (**Incidência Real**), recaindo sobre interessados, solicitantes, detentores ou titulares dos papéis, documentos, produtos e actos sujeitos a imposto (**Incidência Pessoal**).

Em 2008, sofreu uma profunda reforma, com a inversão do sujeito passivo em algumas situações, reforma essa assegurada pela Lei n.º 33/VII/2008 de 8 de Dezembro que criou um novo Código do Imposto do Selo cuja incidência objectiva recai sobre as operações financeiras, operações societárias, transmissões patrimoniais e actos jurídicos documentados, excluindo desse âmbito as operações sujeitas ao valor acrescentado e dela não isenta.

Essa nova Lei revogou o Regulamento do Imposto do Selo aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1193 de 29 de Outubro de 1954, bem como a tabela do Imposto do Selo do Ministro das Finanças de 20 de Dezembro 1993 e trouxe algumas alterações de fundo na sua filosofia, a ponto de se considerar que houve uma repercussão tributária como nos casos de tributação do Imposto do Selo sobre as transacções de imóveis, operações de crédito, arrendamento, entre outras, em que os sujeitos passivos deixaram de ser os beneficiários dos recebimentos como anteriormente e passaram a ser os adquirentes.

### **2.2.3- DESPESAS ADUANEIRAS**

Este imposto surge baseado no princípio de simplificação e racionalização do sistema de tributação aduaneira com vista a tributação unificada através da consolidação das imposições vigentes em um único Imposto sobre a importação.

Ela é fruto da combinação das taxas do antigo Direitos de Importação e dos Emolumentos Gerais Aduaneiros, baseando-se em critérios de racionalização e simplificação com o máximo de 7 níveis e a taxa máxima de 50%<sup>14</sup>. A sua aplicação não prejudica a aplicação do IVA e do ICE.

A sua tributação estará sujeita a revisão da pauta aduaneira cujos critérios de simplificação e de racionalização deverão cobrir quer a tributação progressiva em função do grau de

---

<sup>14</sup> Artigo 36.Lei n.º14/VI/2002

processamento dos bens importados quer ainda tratamento equivalente para produtos que se apresentem com idênticas características, não discriminando em função da sua origem ou do importador.

## **2.3 -IMPOSTO MUNICIPAIS**

### **2.3.1- Imposto Único sobre o Património**

O IUP foi criado pela Lei 79/V/98, de 7 de Dezembro, publicado no BO nº 45, da primeira série e, regulamentando pelo Decreto-Lei nº 19/99 de 26 de Abril.

IUP, visa sobretudo implementar um sistema simplificado que prima pela equidade e de forma a facilitar o cumprimento das obrigações tributárias e assegurar as garantias dos contribuintes, com uma previsível melhoria no combate á evasão e fraudes fiscais, com especial reflexo no aumento das receitas Municipais e melhoria de prestação de serviço pela Administração Municipal, através da diminuição do peso burocrático na liquidação e cobrança, bem como na simplicidade de processamento.

A reforma deste imposto baseia-se na filosofia de imposto único, tributado por uma taxa única convergindo no seu seio vários impostos parcelares nomeadamente:

- A contribuição predial autárquica;
- O imposto municipal de sisa;
- O Imposto municipal sobre o património;

A sua incidência reincide sobre:

- O valor patrimonial fiscal dos prédios situados no território de cada Município, classificando em prédios rústicos os terrenos para construção e prédios urbanos as construções habitáveis, ou seja os edifícios;
- O valor das transmissões gratuitas ou onerosas de imóveis sujeitos a registos;
- O valor das operações de natureza societária, sujeito a escritura pública, tais como alteração de pactos sociais, cessação de quotas ou outros de igual natureza;
- O valor de uso e fruição dos veículos automóveis, sujeitos a registos;
- As mais-valias, originadas pela valorização dos terrenos para a construção, transmissão de edifícios, bens móveis e imóveis

## **2.4-IMPOSTO PARAFISCAIS**

Para TAVARES (1982), o que caracteriza a para fiscalidade é a natureza do sujeito em cujo valor foram criadas as receitas e a consequente especialidade do seu regime de contabilização financeira.

Não são receitas do Estado na sua acepção de pessoa colectiva do direito público que tem por ordem o Governo, mas sim pertencem a pessoas colectivas autónomas de base institucional (Institutos Públicos), ou seja são receitas da administração central que não são previstas no Orçamento Geral do Estado e, recai sobre o rendimento do trabalho das pessoas singulares, trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria,

A para fiscalidade Cabo-Verdiana anteriormente encontra-se quase exclusivamente representada pelas contribuições incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores por conta de outrem, destinados ao financiamento do Instituto da Previdência Social (INPS).

A partir de 2009, com a publicação dos Decretos-lei nº 48/2009 e 49/2009, ambos de 23 de Novembro, a base de incidência alargou-se para todas as classes profissionais, nomeadamente trabalhadores independentes, ou seja trabalhadores em regime de trabalho por conta própria e os profissionais de serviços domésticos na condição de trabalhadores por conta de outrem.

## **2.5- IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO**

### **2.5.1- Surgimento**

De acordo com MAIDANA (2003), o IVA surgiu em 1954, do famoso imposto francês TVA (taxe sur le valeur ajoutée) fruto de uma reforma fiscal efetuada pelo inspetor de finanças e professor da Escola Nacional de Administração, Maurice Lauré sobre o então imposto de consumo TCA ( « taxe sur de chiffre d'affaires») que recai sobre o total das transações efetuadas pelos contribuintes.

De acordo com GUILHERME (1991), o IVA é um imposto que nasceu como produto da evolução e aperfeiçoamento dos impostos cumulativos e, é classificado por PEREIRA (2011), como sendo a “principal inovação fiscal do século vinte” tendo sido uma “almofada” em termos de receitas para operar reduções da tributação sobre o rendimento, aplicada de uma forma eficiente e neutro na tributação geral das despesas, transformando-se numa boa fonte de receita fiscal.



### **2.5.2-Características**

Segundo BORGES (2010) IVA é um imposto sobre o consumo, porque destina-se a tributar as despesas de consumo (bens ou serviços) de uma forma plurifásica, já que incide sobre todas as fases do circuito económico, independente da sua extensão (produção a distribuição), embora sejam as entidades encarregues de entregar o imposto ao Estado, quem o suporta de facto, é o consumidor final.

A sua aplicação se consubstancia ao país onde o produto for consumido, assim no caso das exportações será compensada nas fronteiras, ou seja o produto será isento nas exportações para que o imposto seja suportado no país de destino, ou seja o país de consumo. Em contra partida, o produto importado ao transpor a fronteira fica sujeito ao imposto do país em que entra.

Apresenta as seguintes características:

- Imposto indireto e não cumulativo;
- Imposto Plurifásico;
- Economicamente neutro;
- Actua pelo método indirecto subtrativo, de crédito de imposto ou de faturação;
- Assenta na compensação das fronteiras;
- Imposto de pagamento fracionário e pago pelo consumidor final

### **2.5.3-As Isenções**

Segundo Guilherme (1991), a isenção de um operador pode traduzir – se não num benefício mas numa penalização os seus clientes, aperceber-se-ão de que as compras a ele efectuadas, posto que incorporem impostos pagos em fases anteriores da produção não transmitem direito a dedução.

Na isenção completa ou isenção com reembolso dos impostos suportados a montante ou ainda a taxa zero, os intervenientes do comércio não liquida o imposto sobre as suas vendas, mas pode contestar o imposto que lhe foi facturado nas aquisições para efeitos de reembolso.

A qualidade da neutralidade do IVA não modifica com a isenção completa, pelo contrário obtém o efeito de auxiliar completamente o imposto de bem e consumo.

Temos como exemplo o princípio do destino, as exportações deve beneficiar de isenção completa de IVA o que obriga a restituição aos exportadores dos impostos que suportaram a montante desde que não realizem operações internas cujo imposto os absorva, não alimentando situações de crédito líquido, a gerência do método de reembolso é praticamente uma fatalidade no sistema do IVA.

No caso de isenção simples ou ainda isenção sem crédito de imposto a montante, os agentes económicos não liquidam o imposto suportado sobre as suas vendas, não tem direito á dedução do imposto que lhes foi facturado nas compras, é tratado como um consumidor final.

A isenção pode gerar efeitos cumulativos sempre que as actividades são isentas, ou seja, venda sem imposto suportando IVA nas suas aquisições as facturas contem inscrição “não confere direito a dedução”.

Por um lado, a isenção simples numa situação de tributação aumenta a receita fiscal, porque a isenção nega um direito a dedução, por outro lado, verifica-se então uma perda de receita respectiva ao valor acrescentado nesse estágio, mas não ao valor global do bem o facto de o vendedor final estar isento não indica que o bem vendido não tenha conteúdo fiscal.

O mesmo autor realça a isenção não limpa de imposto o produto por ele transacionado, apesar de não facturar imposto aos consumidores finais o que é certo, é que não pode deduzir o imposto que lhe foi transmitido do estágio anterior, pelo que haverá no valor do bem “imposto oculto”.

#### **2.5.4- Apuramento**

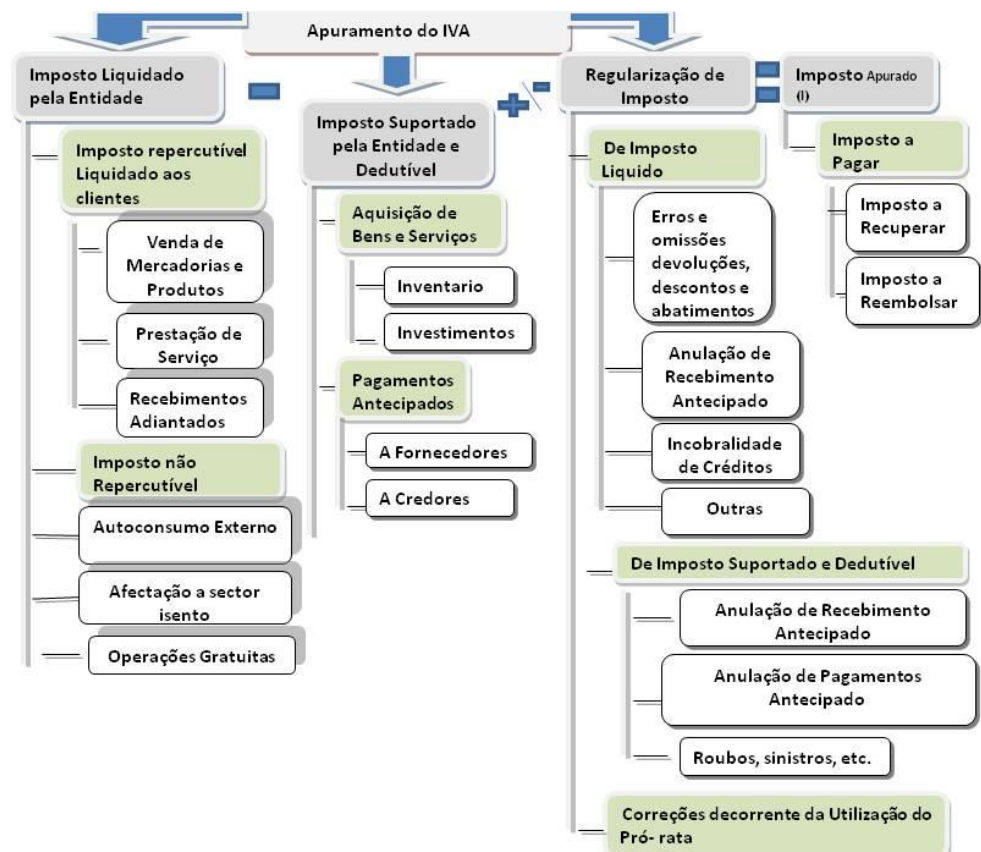
Os intermediários do comércio não são prejudicados pelo imposto, porque são um mero cobrador por conta do Estado, limitam se a entregar ao Estado a diferença entre o que pagaram a montante e cobram a jusante.

A soma do imposto pago em cada uma das etapas do circuito económico equivale exactamente ao imposto que se arrecadaria se incidisse de uma só vez na última fase.

Qualquer um dos intervenientes paga a totalidade do imposto liquidado até á sua fase, por um lado, ao fornecedor quando da aquisição, por outro ao estado aquando da transmissão prestação sendo este ultimo compensado com o valor liquidado pelo fornecedor.

A determinação desta parcela aplica-se na dedução do imposto liquidado nas transmissões de bens e prestações de serviços do montante do imposto suportado e dedutível nas aquisições de bens e serviços a entregar ao Estado.

**Figura 2: Esquema de Apuramento do IVA**



**Fonte: Elaborada pela Autora**

### 2.5.5- Vantagens:

É um imposto plurifásico, que atua por fases, sendo um gerador de rendimento para o estado, incentiva as atividades empresariais na redução dos custos, nas produções de bens e serviços através de uma percentagem do imposto que recai sobre o preço do consumo fazendo com que operam mais eficientemente possível.

Para Tavares (1982), o mais importante mérito do sistema de tributação sobre o IVA em que da sua generalização a todos os sectores que situam desde de produção ao consumo e prestação de serviços. Com a sua implementação, foi possível eliminar um complexo

conjunto de tributações de todas as ordens e daí a incontestável simplificação do sistema tributário no que respeita aos impostos sobre a despesa acompanhada de uma maior facilidade de fiscalização.

A sua administração se torna muito complexa, principalmente pela consideração da existência de um elevado número de sujeitos passivos, obrigando as empresas a procederem a sua modernização e a adopção de equipamentos adequados, o que representa uma forma de contribuir para o desenvolvimento económico.

#### **2.5.6-Desvantagens**

É um imposto regressivo, pois recai sobre os consumidores com pouca capacidade económica, e tende a recair em maior proporção nos sectores que contem baixos recursos e com menor riqueza acumulada.

Segundo Tavares (1982), a regressividade económica do IVA constitui, porém, um problema puramente teórico pois que tal regressividade pode ser anulada pela utilização de taxas adequadas.

### **2.6-INTRODUÇÃO DO IVA EM CABO-VERDE**

#### **2.6.1- A sua reforma e implementação no sistema fiscal Cabo-Verdiano**

Segundo MONIZ (2011), a terceira etapa da reforma Fiscal em Cabo Verde, cujo início foi a publicação do Código Geral Tributário (CGT) aprovado pela Lei nº 37/IV/92 de 28 de Janeiro, e o Código do Processo Tributário (CPT) aprovado pelo Decreto-Lei nº 19/93 de 29 de Março, veio implementar a filosofia de tributação única, ou seja, aplicação de uma taxa única sobre a convergência dos vários impostos até aí existentes, num imposto único sobre os rendimentos e sobre as despesas para os impostos Estaduais e para o imposto sobre o património no caso dos impostos Municipais e imposto Parafiscais.

Neste sentido, as reformas da tributação sobre as despesas teve seu início em 2002 com a publicação da Lei nº 14/VI/2002 que define o sistema de tributação, tendo como parâmetro estruturante os princípios de equidade, eficiência e simplicidade, incentivando o cumprimento voluntário das obrigações fiscais e contribuindo para a promoção do desenvolvimento económico e para a realização da justiça social no país.

A reforma da tributação sobre as despesas, teve a sua conclusão no ano 2003 com a publicação do Decreto-Lei nº 21/VI/2003 de 14 de Julho que aprovou o regulamento sobre o Valor acrescentado

### **2.6.2-Operações sujeita ao IVA**

Em todo o território Cabo Verdiano existe três grandes grupos de operações sujeitas ao IVA:

- Transmissões de bens;
- Importações;
- Prestações de serviços;

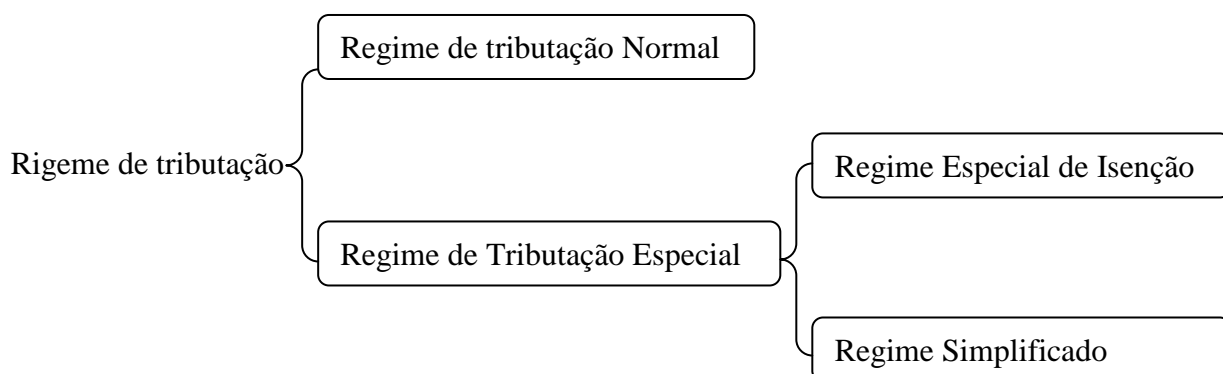
Segundo art.º 5º alínea 3 da lei de base, nas relações do comércio internacional assenta na compensação das fronteiras de Cabo -Verde adota a postura «dos países de destino» isentando totalmente as exportações e operações similares e tributando as importações de bens e transmissões de bens idênticos internamente produzido.

A taxa de IVA que vigora em todo o território Cabo- Verdiano é de 15% nas transmissões de bens, prestação de serviço, restauração e turismo art.º 17<sup>15</sup>

### **2.7- Os regimes de tributação**

Os regimes de tributação em sede do IVA, classificam-se em regime normal e regime de tributação especial. O regime de tributação especial se subdivide em regime simplificado e regime especial de isenção como nos demonstra a figura 2.

**Figura 3: Regime de tributação do IVA**



**Fonte: Elaborado pela Autora**

<sup>15</sup> Manual Geral do IVA 1ª edição-Setembro de 2005

### **2.7.1-Regime de tributação normal**

É aplicada na tributação dos contribuintes enquadrados no IUR como sendo do Método de Verificação, bem como as pessoas singulares cujo volume de negócios ultrapasse os 5.000.000\$00

Os contribuintes enquadrados neste regime deverá entregar mensalmente até o termino o ultimo dia do mês seguinte ao do imposto o MOD 106, devidamente preenchido na Repartição de finanças do seu domicílio ou via eletrónica.

### **2.7.2-Regime de isenção**

Beneficiam de isenção, os contribuintes que não são tributados pelo método de verificação do IUR, não pratiquem operações de Importação/Exportação ou actividades conexas e que não tenham atingido no ano anterior, matéria coletável superior a 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos) anuais.<sup>16</sup>

### **2.7.3- Regime de tributação simplificado**

Ficam sujeitos ao regime de tributação simplificado os contribuintes que não estando no regime de isenção, nem sendo tributado pelo método de verificação em IUR e não efetuam operações de Importação e Exportação ou actividades conexas e cujo volume de negócio não atinja 5.000 (cinco mil) no ano anterior.

De acordo com a mecânica do regime simplificado os sujeitos passivos não liquidam o IVA nas facturas emitidas aos clientes e não deduzem o IVA suportado nas aquisições entregando ao Estado 5% do valor das respectivas vendas ou serviços realizados, com excepção das vendas de bens de investimento corpóreo que tenham sido utilizados na atividade por eles exercida.

O contribuinte do regime simplificado tem como obrigações fiscais, apresentar as declarações de início, alterações e cessação de actividades, escrituração das operações em livros presentes na Repartição das Finanças antes de iniciada a utilização bem como de conservação e exibição de documentos e devem conter na faturas emitidas “IVA – não confere direito a dedução”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Artigo 47 do RIVA

<sup>17</sup> Art.º 57 RIVA

Trimestralmente o contribuinte deverá entregar na Repartição de Fianças do seu domicílio o MOD 107, devidamente preenchido indicando o volume de vendas e prestações de serviços realizadas durante o período, ou seja:

- 1º Trimestre – 30 de Abril
- 2º Trimestre – 31 de Julho
- 3º Trimestre – 31 de Outubro
- 4º Trimestre – 31 de Janeiro

Os sujeitos passivos do regime simplificado podem sair do regime quando deixar de verificar as condições essenciais para garantir a sua continuidade ou quando for notificado pela DGCI

## **CAPITULO II- CASO PRÁTICO**

### **1-Conflitos de interesse entre o regime de tributação normal e simplificado.**

A tributação em sede do IVA coloca os dois regimes de tributação em conflito, porquanto o regime simplificado suporta nas aquisições dos bens e serviços sem a possibilidade de dedução, fazendo com que o custo de aquisição seja superior ao adquirido devido a inclusão dos impostos, segundo nos demonstra o quadro á baixo.

**Tabela 2: Divergência que Congrega entre os dois Regimes**

<b>REGIME NORMAL</b>	<b>REGIME SIMPLIFICADO</b>
Suporta e deduz na aquisição de imobilizado.	Não suporta e não deduz na aquisição do imobilizado.
Suporta na aquisição de mercadorias e liquida nas vendas das mesmas com direito a dedução.	Suporta na aquisição de mercadorias, não liquida nas vendas e paga ao Estado 5% do volume das vendas.
Não suporta nem líquida nos produtos isentos.	Não suporta e não liquida nos produtos isentos, mais paga 5% do volume das vendas.
Suporta e deduz na aquisição das prestações de serviços.	Suporta e não deduz na aquisição das prestações de serviços onerando o custo de serviço prestado.
Suporta e liquida nos transportes.	Suporta e não liquida sobrecarregando o custo dos transportes.
Suporta e deduz no consumo de água e energia e combustíveis dedutíveis.	Suporta e não deduz no consumo de água e energia e combustíveis dedutíveis.

**Fonte: Elaborado pela Autora**

Esta situação coloca o contribuinte do regime simplifica numa situação de dependência face ao contribuinte de regime normal no que toca a determinação dos preços dos produtos, uma vez que o mesmo terá de incluir o imposto suportado nas aquisições no preço de venda, onerando assim, o custo do seu produto em relação ao contribuinte do regime normal.



Neste caso, quem determina os preços é o contribuinte do regime normal, visto que o comprador estaria disposto a pagar para o mesmo produto, o preço mais baixo possível, e este teria que ir a reboque sob pena de perder a clientela.

Por outro lado, caso queira obter a mesma margem de lucro que o contribuinte do regime normal, teria de transferir o imposto suportada nas aquisições das mercadorias para o cliente, o que não seria possível, porque teria de praticar um preço superior ao praticado pelo contribuinte do regime normal, o que provocaria a deslocação da clientela para o outro regime.

Esta situação só seria possível caso o contribuinte de regime simplificado estivesse em condições de monopólio, o que lhe daria lugar a determinar a sua própria margem de lucro sem a interferência concorrencial.

Neste sentido, há que ter em conta que o consumidor frente a uma situação de concorrência estaria disposto a consumir o produto que apresenta-se a melhor qualidade ao mais baixo preço, ficando assim indiferente a concorrência entre os actores comerciais

## **2-Analise evolução dos contribuintes do regime simplificado durante o período em estudo.**

Para o presente estudo foram escolhidos os contribuintes domiciliados no município da Praia. A escolha dessa área fiscal para a elaboração do presente trabalho vem na sequência de ser a maior Cidade de Cabo Verde onde esta sediada a capital do país. Detém maior densidade populacional e obviamente maior número de contribuintes cadastrados na DCI, ou seja, é a maior área fiscal de Cabo Verde.

Com os dados recolhido na DCI, permitiu elaborar um quadro demonstrativo da evolução numérica dos contribuintes do regime simplificado em sede do IVA no período de 2008 a 2012 como nos demonstram o quadro em baixo:

**Tabela 3: Evolução Numérica e Percentual dos Contribuinte no período de 2008 a 2012 no Município da Praia**

<b>Designação</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Nº de Contribuintes	2 301	2 671	2 838	2 926	2 982
Evolução numérica dos contribuintes		370	167	88	56
Evolução percentual dos contribuintes		16,08	6,25	3,10	1,91

**Fonte: Elaborado pelo Autor com dados da DPTI – DCI**

Analisando o quadro pode-se verificar que o número de contribuintes vem aumentando degressivamente de ano para ano. No ano 2008 o número de contribuintes cadastrados na Repartição de Fianças da Praia eram de 2301, em 2009 passou para 2671 sofrendo um aumento de 370 contribuinte correspondente a 16,08% em relação ao ano anterior. No ano de 2010 o número passou de 2671 para 2838, sofrendo um aumento de 1267 contribuintes correspondente a 6,25% em relação ao ano 2009. Para o ano 2011, houve um ligeiro aumento, passando 2838 para 2926 sofrendo um aumento numérico de 88 contribuintes. Para o ano 2012, o aumento foi de 56 contribuintes correspondente 1,91% em relação a 2011, passando o número de contribuintes de 2926 para 2982.

Por outro lado o aumento do número de contribuintes inscritos na Repartição de Finanças da Praia contrasta com uma diminuição gradual do número de contribuintes que cumpriram a obrigação de entrega da declaração MOD 107 e pagamento do IVA.

### **3-analise do cumprimento das obrigações declarativas dos contribuintes do regime simplificado durante o período em estudo.**

Constata-se também que do número de contribuintes inscrito, apesar de se verificar uma evolução positiva anual, contrasta-se com uma diminuição, no que tange ao cumprimento das obrigações, de ano para ano com maior afinco a partir de 2009 como nos demonstra o quadro.

Assim, no ano 2008, dos 2301 contribuintes inscrito apenas 220 cumpriram as suas obrigações fiscais correspondente a 9,56%. Em 2009 dos 2671 contribuintes inscritos, apenas 305 exerceram com as suas obrigações correspondentes a 11,42%. Em 2010, dos 2838 contribuintes inscritos, apenas 208 cumpriram com as suas obrigações fiscais, correspondente a 7,33%. Em 2011, dos 2926 contribuintes inscritos, apenas 176 cumpriram com as suas obrigações fiscais num total de 6,02%. Em 2012, dos 2982 contribuintes inscritos, apenas 154 cumpriram com as suas obrigações correspondentes a 5,16%.

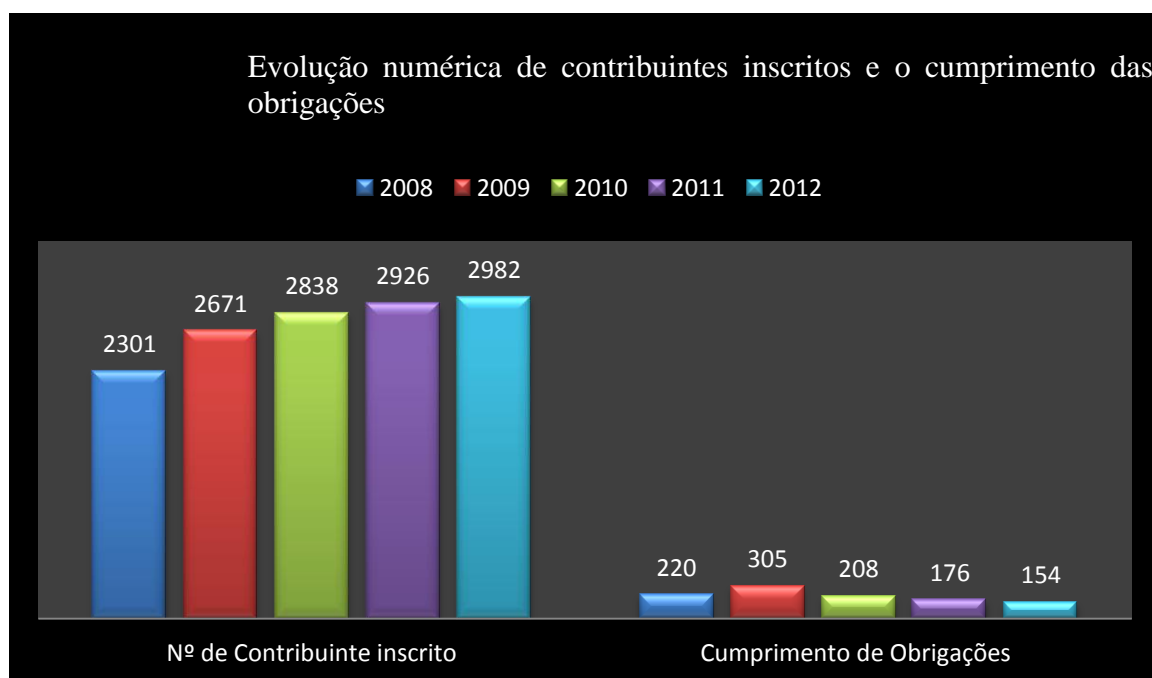
**Tabela 4: Evolução dos cumprimentos das obrigações dos contribuintes no período de 2008 a 2012 no Município da praia**

Designação	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de Contribuintes	2 301	2 671	2 838	2 926	2 982
Cumprimento de Obrigações	220	305	208	176	154
Número percentual %	9,56	11,42	7,33	6,02	5,16

**Fonte: Elaborado pelo Autor com dados da DPTI – DCI**

Da compilação dos dados recolhidos na DGCI, demonstra que houve uma evolução numérica em termos de número de contribuintes, mas o mesmo se contrasta com o cumprimento das obrigações, significando porém que o aumentando o número de contribuintes em sede do método declarativo, contrasta com uma diminuição significativa dos mesmos que cumpriram as suas obrigações declarativas em sede do IVA.

**Gráfico 1: Evolução numérica de contribuintes inscritos e o cumprimento das obrigações**



**Fonte: Elaborado pela Autora**

#### **4-Analise do efeito da concorrência na imposição dos preços**

O presente trabalho tem como objectivo analisar o conflito existente entre os contribuintes enquadrados no regime normal em sede do IVA e os contribuintes enquadrados no regime simplificado de tributação.

Para elucidar tomamos como exemplo dois contribuintes que quabitam numa mesma rua em que no ano n-1 um obteve um volume de negócios superior a 5000.000\$00 (5.100.000\$00) e o outro com um volume de negócios de inferior a 5000.000\$00 (4.980.000\$00). No ano n, o primeiro foi enquadrado no regime normal em sede do IVA, enquanto o segundo foi enquadrado no regime simplificado.

O primeiro entregará mensalmente o MOD 106 declaração periódica do IVA, com direito as deduções do Iva suportado nas aquisições dos bens e serviço, enquanto o segundo entregará trimestralmente o MOD 107, pagando 5% do volume das vendas efectuadas durante esse período, sem direito as deduções do IVA suportado nas aquisições das mercadorias e serviços consumidos.

Analizado um caso em que os dois contribuintes comercializam um mesmo produto tributado, adquirido num mesmo fornecedor nas mesmas condições, obteriam resultados deferentes em termos de rendimento após o cumprimento das obrigações de entrega do Iva nos cofres do Estado.

Para o contribuinte do regime normal, adquirindo um produto por 100.000\$00, suportaria um imposto de 15.000\$00, desembolsando assim um montante de 115.000\$00 para aquisição do produto. Vendendo a uma margem de lucro de 10%, o preço do produto seria 110.000\$00 mais o IVA de 16.500\$00 (15% sobre o preço de venda), liquidado ao cliente na qualidade de consumidor final pagaria pelo produto o montante de 126.500\$00.

O contribuinte por seu lado, deduz o IVA suportado na aquisição do produto e entregará ao estado a diferença ou seja o remanescente que neste caso seria de 1.500\$00, (16.500\$00-15.000\$00). Como no evidência o quadro em baixo.

**Tabela 5: Efeito da Concorrência na Imposição dos Preços do Regime Normal**

<b>REGIME NORMAL</b>	
Preço de Compra	100.000\$00
IVA Suportado	15.000\$00 (100.000\$00*15%)
Valor Pago	115.000\$00 (100.000\$00+15.000\$00)
Preço de Venda <small>(Margem 10%)</small>	110.000\$00 (100.000\$00*10%)
IVA Liquidado	16.500\$00(110.000\$00*15%)
Valor Recebido	126.500\$00 (110.000\$00+16.500\$00)
Valor Entregue ao Estado	1.500\$00(16.500\$00-15.000\$00)
Margem Bruta	10.000\$00 (110.000\$00-100.000\$00)

**Fonte: Elaborado pela Autora**

Neste caso, o imposto não interfere no preço do produto, podendo o contribuinte liquidar o IVA ao consumidor final e deduzir o IVA suportado nas aquisições.

No caso do contribuinte do Regime simplificado, os procedimentos são um pouco diferente.

Ora vejamos. Ao adquirir o produto nas mesmas condições que o contribuinte de regime normal, tomará imediatamente a condição de consumidor final por não poder liquidar nas vendas o IVA suportados nas compras tendo necessariamente de incluir o mesmo no custo do produto.

Já para o contribuinte do regime simplificado, a situação mudaria na contabilização do custo de aquisição do produto, uma vez que o mesmo teria de incluir o imposto, tendo em conta que não podia deduzi-lo, ou seja tomava automaticamente o lugar do consumidor final.

Assim, ao adquirir um produto por 100.000\$00, suportaria um imposto de 15.000\$00, desembolsando assim um montante de 115.000\$00 para a sua aquisição. O seu preço de venda teria que ser obrigatoriamente igual ao praticado pelo contribuinte de regime normal (preço mais imposto) já que o mesmo detém o monopólio na determinação do preço fazendo com que o mesmo tenha obrigatoriamente de vender por 126.500\$00, valor que o comprador estaria disposto a pagar devido ao efeito acima apontado.

Assim ao entregar o IVA no valor de 6.325\$00 correspondente a 5% do valor da venda, a sua margem de lucro, seria de 5.175\$00, inferior a do regime normal que seria de 10.000\$00.

**Tabela 6: Efeito da Concorrência na Imposição dos Preços do Regime Simplificado**

<b>REGIME SIMPLIFICADO</b>	
Preço de Compra	100.000\$00
IVA Suportado	15.000(100.000\$00*15%)
Valor Pago	115.000\$00(100.000\$00+15.000\$00)
Custo do Produto	115.000\$00(100.000\$00+15.000\$00)
Preço de Venda	126.500\$00
Valor Entregue ao Estado	6.325\$00(126.500\$00*5%)
Margem Bruta	5.175\$00(126.500\$00-6.325\$00-115.000\$00)

**Fonte: Elaborado pela Autora**

Neste caso sobre um mesmo produto, com a mesma taxa de imposto, por serem vendidos num mesmo mercado por agentes enquadrados em diferentes regimes de tributação, o Estado acaba por receber mais do regime simplificado do que do regime normal ou seja recebe 16.500\$00 do regime normal (15.000\$00 no grossista e 1.500\$00 no retalhista) e 21.325\$00 do regime simplificado (sendo 15.000\$00 do grossista e 6.325\$00 do retalhista).

#### **4.1- A tributação dos produtos isentos no regime simplificado**

No caso de um produto isento o contribuinte do regime normal, ao adquirir um produto isento por 100.000\$00, não suporta o IVA, também não líquida, ficando numa situação neutra, aplicando uma margem de lucro de 10%, o comprador pagará apenas pelo produto como nos demonstra o quadro seguinte.

**Tabela 7: A Tributação dos Produtos Isentos nos Regime Normal**

<b>REGIME NORMAL</b>	
Preço de Compra	100.000\$00
Preço de Venda	110.000\$00 (100.000\$00*10%)
Margem Bruta	10.000\$00 (100.000\$00-110.000\$00)

**Fonte: Elaborado pela Autora**

Para o contribuinte do regime simplificado, a situação defere um pouco. A semelhança do contribuinte do regime normal, não suporta e não liquida, mas terá de entregar nos cofres do estado um valor correspondente a 5% das vendas efectuadas.

Assim ao adquirir um produto isento por 100.000\$00 nas mesmas condições que o contribuinte do regime normal e vendendo ao mesmo preço praticado pelo contribuinte do regime normal 110.000\$00, já que o efeito concorrência não lhe permite transferir o imposto para o cliente comprador, para fazer face ao cumprimento da obrigação fiscal em sede do IVA, terá de diminuir a sua margem de lucro, ou seja terá de pagar ao Estado o montante 5.500\$00 correspondente 5% do volume da sua venda, fazendo com que a sua margem bruta seja de 4.500\$00, montante inferior ao do contribuinte do regime normal que é de 10.000\$00 Como nos demonstra o quadro a baixo indicado.

**Tabela 8- A Tributação dos Produtos Isentos nos Regime Simplificado**

REGIME SIMPLIFICADO	
Preço de Compra	100.000\$00
Preço de Venda	110.000\$00 (100.000\$00*10%)
Valor Entregue ao Estado	5.500\$00 (110.000\$00*5%)
Total do Valor Recebido	104.500\$00 (110.000\$00-5.500\$00)
Margem Bruta	4.500\$00 (104.500\$00-100.000\$00)

**Fonte: Elaborado pela Autora**

Esta situação, faz com que o mesmo produto seja isento para o contribuinte do regime normal e tributável para o contribuinte do regime simplificado, colocando este último sempre em desvantagem em relação ao seu concorrente do regime normal, até mesmo em situação de dependência no que tange a determinação do preço de venda.

Fazendo uma comparação entre as situações que os dois contribuintes operam como nos demonstra os quadros nº5 e nº 6, conclui-se que nos produtos isentos, o contribuinte do regime normal não suporta nem liquida o IVA mantendo a sua margem de lucro. O mesmo não acontece com o contribuinte de regime simplificado, não suporta, não liquida, mas tem de pagar o correspondente a 5% do volume das vendas. Isso significa que se adquiriu um, produto isento por 100.000\$ nas mesma condições que o seu concorrente do regime normal a uma taxa de 10% de margem de lucro, enquanto o seu concorrente mantém-se com os

10% de margem ele só obterá 4,5% após o cumprimento das obrigações fiscais em sede do IVA, atendendo que o preço é determinado pelo contribuinte do regime normal.

Por outro lado, fica evidente que o produto isento quando for comercializado pelo contribuinte do regime simplificado perde a isenção concedida nos termos da lei.

Também pode-se concluir que do cumprimento das obrigações fiscais em sede do IVA, por parte do contribuinte do regime simplificado, o Estado recebe mais do que os 15% estipulada na lei como, a taxa de imposto a ser pago pelo consumidor final, se tomarmos em conta que para além de suportar 15% na aquisição do produto, terá de pagar ainda mais 5% do valor da venda deste mesmo produto sem contudo liquidar ao comprador ou seja o consumidor final, fazendo com que a taxa seja superior aos 15% fixados na Lei, mas sim 19,4%.

#### **5-As regras de concorrência entre o regime normal e simplificado**

Segundo Costa (2000) “ É comum entender-se que o comercio se traduz na ação de transmitir os bens e de os transportar para o local onde habitualmente são procurados, ao melhor preço, e sempre com a melhor qualidade. Pela prestação deste serviço, o comerciante obtém um lucro liquido depois de retirar o preço do custo e os encargos.

Nos países da economia do mercado, a sua regulamentação, não esta subjacente a uma lei específica, mas sim aos mecanismos do mercado regulados pela lei da concorrência.

Para este autor, ”a concorrência contribui portanto para que no mercado se mantenha o equilíbrio entre quem vende e quem compra e entre uns e outros e, é chamada de ilícita ou ilegal, quando o seu procedimento traduz-se no não cumprimento das obrigações e deveres inerentes a cada agente económico quando esta a atuar no mercado.

Assim, se compreende a logica da concorrência que animam um mercado. Ela consiste num duplo movimento, pois, trata-se de delimitar simultaneamente zonas de estabilidade de cooperação e zonas de concorrência, tornando para tal necessário elaborar um sistema de regras de comportamento e de regras de jogo, que definirão o que é possível fazer em matéria de concorrência e o que não se faz entre concorrentes responsáveis.

Como exemplo cita “as padarias, as farmácias que estão frente a frente nas ruas das nossas cidades não parecem de todos empenhadas numa luta concorrencial mortal e sem piedade,



mas sim antes animados pela preocupação de respeitar as regras de convivência entre confrades”.

Neste caso as duas padarias que estão frente a frente evitarão lançar-se numa guerra de preços da qual ninguém controlaria os resultados e que se ariscaria a trazer perdas pesadas tanto para um como para o outro, fazendo com que a concorrência tende a ser docemente rotineira e de uma forma muito moderada.

Neste contexto, o conflito de interesses entre o contribuinte de regime simplificado de regime normal, não pode ser considerado como sendo provocado pelo mecanismo do mercado. Esse fenómeno, segundo DUMEZ&JEUNEMAITRE (1991), “são ainda hoje o melhor meio para assegurar uma boa saúde da economia, mas quanto ao funcionamento do mercado as certezas se confundem, duas concepções fundamentais se opõe, a do gestor e a do consumidor.

Para os especialistas de gestão, “o mercado surge como um local de duro confronto contra os mais fracos, no qual cada empresa joga permanentemente a sua sobrevivência, ataca seus rivais e desenvolve “estratégias” que lhe permita levar vantagem em relação ao seu concorrente, sem se importar com a sua sobrevivência.

Nesta logica, cada agente é movido pelo lucro que obtém nas jogadas em que é bem-sucedido.

Na concepção do consumidor, este está preocupado em adquirir um produto com melhor qualidade ao preço mais baixo, estando indiferente a concorrência entre os rivais fornecedores de bens e serviços.

No caso em apreço, não se pode caracterizar a situação como sendo concorrência desleal, mas sim uma situação de dependência, ou seja, a sobreposição de um agente sobre o outro com base em mecanismos legais, colocando um em desvantagem comercial em relação ao outro determinado por mecanismos legais.

Neste caso o contribuinte enquadrado no regime normal, tem um potencial na determinação do preço de venda, já que o custo do seu produto não incluirá o imposto, ou seja, neste caso quem paga o imposto é o consumidor final, já que o mesmo tem a faculdade de suportar e liquidar ao comprador, deduzindo o imposto suportado na aquisição, entregando ao Estado a diferença.

Já o contribuinte do regime simplificado, terá de incluir o imposto suportado no custo do produto, que diminuirá consideravelmente a sua margem bruta limitando a sua capacidade de determinar o preço, tendo em conta que o comprador estará disponível a pagar o preço mais baixo possível para um produto de mesma qualidade.

Neste caso quem determina o preço do produto é o contribuinte do regime normal, pelo que não se pode falar em concorrência, mas sim a supremacia de um agente comercial sobre o outro.

Assim, a descapitalização do contribuinte do regime simplificado está evidente não na concorrência, mas sim no uso de mecanismos legais que propiciam a sobreposição de contribuinte do regime normal na determinação do preço, e na utilização da sua própria margem de lucro, paga impostos da qual não consegue transferir para o consumidor final, acabando por ser o próprio contribuinte a desempenhar esse papel.

Por outro lado, os seus custos administrativos, são encarecidos, devido à inclusão do imposto no seu preço de aquisição, acabando por incidir sobre as margens de lucro contribuindo negativamente para a obtenção de lucro desejado para a manutenção da fonte produtora.

Neste sentido, caso o contribuinte do regime simplificado cumpra-se escrupulosamente com as suas obrigações fiscais em sede do IVA, a sua sobrevivência no mercado estará comprometida no futuro por várias razões.

Uma das quais resume-se na fraca remuneração do seu capital, já que parte do seu rendimento irá para os cofres públicos em forma de imposto.

Um outro, é a impossibilidade de deduzir os impostos suportados na aquisição dos bens e serviços, que vão encarecer os custos administrativos, que por sua vez vão contribuir para a degradação da sua estabilidade no mercado.

## **CAPITULO III-CONCLUSÃO E REFERENCIA BIBLIOGRAFICAS.**

### **3.1-CONCLUSÃO**

Em jeito de conclusão, o presente trabalho, trouxe a tona a situação dos contribuintes enquadrados no regime simplificado de tributação em sede do IVA, em concorrência com os contribuintes enquadrados no regime normal, evidenciando os conflitos resultantes dessa convivência comercial num ambiente em que um tem prerrogativa legal, sobre o outro, fazendo com que a posição dominante seja uma questão legal, e não de uma estratégia comercial.

Assim, fica demonstrado que a concorrência coloca os agentes económicos enquadrados no regime simplificado de tributação em sede do IVA numa dependência em relação aos contribuintes enquadrados no regime normal e, caso o contribuinte do regime simplificado, cumprir com as suas obrigações fiscais em sede do IVA, na impossibilidade de liquidar aos seus clientes (consumidor final) os impostos que suportou na aquisição dos bens e serviços, o que lhe daria direito a dedução dos mesmos, acaba por pagar parte da sua margem como sendo imposto diminuindo-a, o que pode desincentivar o cumprimento das obrigações, o que poderá estar na origem do baixo grau de cumprimento registado, quando se verificada, já que ficou demonstrado que durante o período em estudo, o aumento progressivo do número de contribuinte contrasta-se com uma diminuição também progressiva no cumprimento das obrigações fiscais.

Essa situação faz com que, num mesmo produto, o estado receba do contribuinte do regime normal apenas 15% estipulado na Lei, enquanto para o contribuinte do regime simplificado receberia um valor em imposto que aproximava dos 20%, contrariando o valor estipulado na Lei.

Assim, o contribuinte de regime simplificado perde o estatuto de intermediários, ou seja de mero cobrador por conta do Estado, já que não pode entregar aos cofres públicos a diferença entre o que pagou a montante e que cobrara a jusante, mas sim parte do seu rendimento calculado a partir do seu volume de vendas.

Caso o contribuinte enquadrado no regime simplificado, ter que pagar 5% das vendas dos produtos isentos, o produto perde a isenção concedida na lei, passando a ser um custo

adicional a suportar, o que coloca o mesmo em desvantagem em relação ao contribuinte do regime normal

#### **4-Recomendações**

O regime simplificado de tributação em sede do IVA é optativa, podendo o contribuinte renuncia-lo e optar pela aplicação normal do imposto às suas operações tributáveis, mediante entrega na Repartição de Finanças competente da declaração solicitando a transição para o regime normal, que produzirá os seus efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte.

Dessa mudança de regime, poderá ser concedido o direito a deduzir o imposto contido nas suas existências remanescentes no fim do ano, como forma de evitar os prejuízos injustificados.

Neste sentido, recomenda-se ao contribuinte do regime simplificado, a utilizar as prerrogativas concedidas na Lei, mudando para o regime normal de tributação como forma de estar em igualdade de circunstâncias com os demais, escapando assim as imposições que estaria sujeito mantendo no regime simplificado.

## **BIBLIOGRAFIA**

Bastos, José Guilherme Xavier- A Tributação do Consumo e a sua Coordenação Internacional-Lisboa-1991.

Borges, António- Elementos da Contabilidade Geral- 25ª Edição- Áreas Editora- Setembro de 2010.

Costa, Adalberto- Práticas Individuais Restritivas do Comércio- Vislis Editores-2000

Dumez/ Jeunemaître- A concorrência na Europa-Edições ASA.

Hélder veiga da silva & Maria Adelaide matos- Contabilidade & Gestão-Texto Editora- 1989.

Lagemann, Eugénio- Tributação Óptima,-Ensaio FEE- Porto Alegre -2014

Maidana, Maria Nunez- Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) - 1ª Edição-2003.

Manual Geral do IVA, Propriedade: Comissão de Reforma da Tributação sobre a Despesa- 1ª Edição- Setembro de 2005.

Moniz, Adriano- Auditoria Fiscal em Cabo Verde: Uma Avaliação Novas Perspectiva com Adopção do Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro- Cabo Verde- Maio 2011.

Palma, Clotilde- Introdução ao IVA- 5ª Edição -2005.

Pereira, Manuel Henrique de Freitas- Fiscalidade- Almedina-2011.

Tavares, Assis- Curso de Fiscalidade da Empresa- Clássica Editora -1982.

### **Legislação consultada**

Lei Constitucional nº 1/VII/2010 de 3 de Maio

Lei nº 37/IV/92 de 28 de Janeiro

Lei nº 22/VI/2003 de 14 de Julho

Lei nº 14/VI/2000, de 19 de Setembro. .

Lei nº 127/IV/95, de 26 de Junho,

Decreto-Lei nº1/96 de 1 de Janeiro

Decreto- Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro.

Decreto- Lei nº17/2010, de 24 de Maio

Decreto-Lei nº 19/93 de 29 de Março



## ANEXO

### Modelo 107 do regime simplificado

 REPÚBLICA DE CABO VERDE Ministério das Finanças e Planeamento		 DIRECÇÃO GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO			
<b>I</b> <b>DECLARAÇÃO PERIÓDICA DO REGIME SIMPLIFICADO</b> MODELO - 107	<b>II</b> TIPO DE DECLARAÇÃO 1- <input type="checkbox"/> NO PRAZO NORMAL 2- <input type="checkbox"/> FORA DE PRAZO 3- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA DE REPRESENTADA	<b>III</b> NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 1- 5 4 9 7 3 0 8 2 1			
<b>IV</b> PERÍODO A QUE RESPETA A DECLARAÇÃO 1- ANO 2 0 1 1 2- TRIMESTRE 1- <input checked="" type="checkbox"/> 2- <input type="checkbox"/> 3- <input type="checkbox"/> 4- <input type="checkbox"/>		<b>V</b> REPARTIÇÃO DE FINANÇAS COMPETENTE 1- Praia 2 2 3			
<b>VI</b> NOME, DESIGNAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO PASSIVO, SEDE, ESTABELECIMENTO PRINCIPAL, REPRESENTAÇÃO OU DOMÍLIO 1- NOME/DESIGNAÇÃO SOCIAL <u>Multi Técnica LDA</u> 2- Rua, Praça, Avenida, Lugar: <u>Cidade da Praia Fazenda</u> 3- Número 4- Andar 5- Localidade 6- Cidade <u>Praia</u> 7- Telefone/Fax 8- Ilha <u>Santiago</u> C. P.					
<b>VII</b> INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÕES Se no período não realizou operações activas nem passivas, assinale <input type="checkbox"/> e passe para o Quadro XIII					
<b>VIII</b> A PURAMENTO DO IMPOSTO RESPETA A O PERÍODO A QUE RESPETA A DECLARAÇÃO					
Totais das vendas e/ou serviços prestados		01	450,000 \$	02	0,000 \$
Totais das vendas de bens de investimento corpóreo que tenham sido utilizados na actividade exercida		03	0,000 \$	04	0,000 \$
Correcções feitas às declarações de períodos anteriores		05	0,000 \$	06	0,000 \$
Volume de vendas fixado pelo Chefe da Repartição de Finanças		07	450,000 \$	08	0,000 \$
Compensações autorizadas pela Administração Fiscal		09	0,000 \$	10	0,000 \$
Base de incidência (Campo 01+03+05+09) ou Campo 07		11	450,000 \$	12	0,000 \$
Imposto apurado (5% Campo 11)		13	22,500 \$	14	0,000 \$
<b>IX</b> PAGAMENTO DO IMPOSTO DEVIDO NO PERÍODO					
1- ENTIDADE DE COMPETÊNCIA			2- DATA DE PAGAMENTO		
IMPOSTO A PAGAR:			TOTAL ..... 23 22,500 \$		
<b>XI</b> ESPAÇO RESERVADO À VALIDAÇÃO MECÂNICA DO PAGAMENTO (sendo caso disso)					
<b>XIII</b> APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO A PRESENTE DECLARAÇÃO É VERDADEIRA E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO 1. DATA 2. LOCAL 3. O Sujeito Passivo ou Representante Legal, ..... (Assinatura)			<b>XIV</b> RECEPÇÃO E AUTENTICAÇÃO DA DECLARAÇÃO (APRESENTE PELA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS) 1. NÚMERO DE ENTRADA ..... 2. DATA DE RECEPÇÃO ..... 3. O Funcionário Receptor, ..... (Assinatura e carimbo)		

Fonte: DPTI-DCI

## Modelo 106 do regime normal

		<b>REPÚBLICA DE CABO VERDE</b> MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL				<b>DIREÇÃO-GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b>	
<b>I - DECLARAÇÃO PERIÓDICA DO REGIME NORMAL</b> MODELO - 106		<b>II - TIPO DE DECLARAÇÃO</b> 1 <input checked="" type="checkbox"/> NO PRAZO NORMAL 2 <input type="checkbox"/> FORA DO PRAZO 3 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA APRESENTADA		<b>III</b>			
<b>IV - PERÍODO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO</b> 1 ANO DE: 2012 2 MÊS DE: JANEIRO				<b>V - REPARTIÇÃO DE FINANÇAS COMPETENTE:</b> 1- Praia _____ - 223			
<b>VI - NOME, DESIGNAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO PASSIVO, SEDE, ESTABELECIMENTO PRINCIPAL, REPRESENTAÇÃO OU DOMÍLIO</b> 1- NOME DESIGNAÇÃO SOCIAL: <u>Construções Batalha</u> 2- Rua, Praça, Avenida, Lugar: cidade de Lisboa 3-Número:1 4-Andar:3 5-Localidade: <u>Praia</u> 6-Vila/Cidade: <u>Praia</u> 7-Telefone/Fax: 2629785 8-Ilha: <u>SANTIAGO</u> 9-Caixa Postal: 787							
<b>VII - INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÕES</b> Se no período não realizou operações activas nem passivas, assinala 1 <input type="checkbox"/> e passe para o Quadro XIII							
<b>VIII - APURAMENTO DO IMPOSTO RESPEITANTE AO PERÍODO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO</b>							
TIPO DE OPERAÇÃO		BASE IMPOSTÁVEL		SUSCETO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO		SUSCETO A FAVOR DO ESTADO	
1-Transmissões de bens e prestações de serviços tributáveis .....		01 1 368 119,00					
2-IVA liquidada nas operações do nº1						02 205 217,00	
3-IVA liquidada na aquisição dos serviços e fornecidos por um prestador que não tenha sede, estabelecimento estável ou domicílio em Cabo Verde						03	
4-Transmissões de bens e prestações de serviços e bens:		04					
-Com direito a dedução .....							
-Sem direito a dedução .....		05 2 599 784,00					
5-Importo Dedutivo respeitante a transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas ao sujeito passivo declarante:							
- Imobilizado .....				06			
- Existência .....				07 190 986,00			
- Outros bens e serviços				08			
6-Importo Dedutivo suportado nas importações de bens efectuadas pelo SP				09			
7-Importo Dedutivo pela aquisição dos serviços referidos no nº2 .....				10			
8-Regulamentos mensais ou anuais comunicados pela Administração Fiscal				11		12	
9-Regulamentos mensais ou anuais excepto os comunicados pela Administração Fiscal				13		14	
Valor da Liquidação		15 3 967 903,00		16 190 986,00		17 205 217,00	
Valor antes da utilização do concreto a reportar do período anterior							
		SOMA		18			
		19					
- UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE PERÍODOS ANTERIORES - Importantes só podem inscrever-se valor no Campo 19 se esta DP for representada no							
- Excesso a reportar dos períodos anteriores							

<b>IX IMPOSTO A ENTREGAR AO ESTADO</b>					
1- ENTIDADE COMPETENTE: <b>Direcção Geral de Tesouro - BCA</b>			2- DATA DE PAGAMENTO:		
IVA ... <b>20</b>	<b>14 231,00</b>	JUROS ..... <b>21</b>		MULTA ... <b>22</b>	<b>14 231,00</b>
<small>(20)=(17-16-19)</small>					
IMPORTANCIA A PAGAR:				<b>TOTAL</b> <b>23</b>	
					<small>(23)=(20+21+22)</small>
<b>X ORDEM DE TRANSFERÊNCIA</b>					
Transferência conta a conta		Sim 1 <input type="checkbox"/>		Sim 2 <input type="checkbox"/>	
3. Z. Interbancária		4. N° Conta			
5. Banco		6. Agência			
<b>XI ESPAÇO RESERVADO À VALIDAÇÃO MECÂNICA DO PAGAMENTO (sendo caso disso)</b>					
<b>XII IMPOSTO A RECUPERAR</b>					
<b>CREDITO DE IMPOSTO</b>		<b>SE ESTA DECLARAÇÃO FOR APRESENTADA DENTRO DO PRAZO</b>			
<b>24</b> <input type="text"/>		1. REPORTE PARA O PERÍODO SEGUINTE <b>25</b> <input type="text"/>			
		2. PEDIDO DE REEMBOLSO (*) <b>26</b> <input type="text"/>			
<small>- Se esta declaração for apresentada fora do prazo legal, por culpa do contribuinte, não preencha este quadro</small> <small>- Os pedidos de reembolso devem observar as disposições legais aplicáveis (Artigo 2.º do Reg. IVA)</small> <small>(*) O valor inscrito no número 2 - Campo 26 do Quadro XII, não pode voltar a ser inscrito no Campo 15 do Quadro VIII na próxima declaração sem que haja comunicação da Administração Fiscal para o efeito</small>					
<b>XIII - APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO</b>			<b>XI - RECEPÇÃO E AUTENTICAÇÃO DA DECLARAÇÃO</b>		
A PRESENTE DECLARAÇÃO É VERDADEIRA E NÃO OMITTE QUALQUER INFORMAÇÃO RELEVANTE			1 - NÚMERO DE ENTRADA <input type="text"/>		
1 - DATA: <b>28 de Fevereiro de 2012</b>			2 - DATA DE RECEPÇÃO <input type="text"/>		
2 - LOCAL: <b>Praia</b>			3 - ASSINATURA DO RECEPTOR		
3 - ASSINATURA DO SUJ. PASSIVO/REPRESENTANTE			(AUTENTICAR COM CARIMBO DO SERVIÇO)		
			(NOME E CARGO)		
<b>OBSERVAÇÕES</b>					
<small>A APRESENTAR NO PERÍODO SEGUINTE À QUELE A QUE RESPEITAM AS OPERAÇÕES OU AO MÊS ANTERIOR, CASO NÃO HAJAM SIDO REALIZADAS OPERAÇÕES ACTIVAS NEM PASSIVAS</small>					

Fonte: DPTI-DCI